

ATA DA 156ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um de outubro de dois mil e vinte e três, realizou-se a 156ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência, seguindo as diretrizes da Portaria SMOBI Nº118/2020.

Conselheiros presentes: Flávia Mourão Parreira do Amaral (PBH), Marta Alves Larcher (MPMG), Wesley Bambirra Rodrigues (SICEPOT), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Weber Coutinho (ABES-MG), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX) e Geraldo Tadeu Rezende Silveira (PUC-MG).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Ana Paula Barbosa Vitor Oliveira Marques (APLENA) e Filipe Nepomuceno Bicalho Santos (COPASA).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: apresentação, pela Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, do “Programa Estrutural de Áreas de Risco de Belo Horizonte - PEAR.”

A palavra foi repassada à diretora da área de risco da URBEL, Isabel Eustáquia Queiroz Volpini, que procedeu à apresentação.

A palestrante iniciou sua apresentação contextualizando o Programa Estrutural de Áreas de Risco de Belo Horizonte - PEAR, que teve início a 30 anos, após o registro de perdas de vidas humanas em escorregamentos de solo em diversas localidades do Município: Taquaril, Serra, Jardim Alvorada e Morro das Pedras. Em 1993, a Prefeitura realizou um diagnóstico das áreas de risco do Município, que identificou, em áreas de vilas e favelas, cerca de 15 mil edificações em situação de risco geológico alto ou muito alto. O PEAR surgiu, então, com o objetivo de diagnosticar as situações de risco e mitigá-las. Com a evolução do Programa e o crescimento das áreas de interesse social no Município, atualmente o número de edificações em situação de risco nas vilas e favelas caiu para 1 mil moradias. Vale considerar que esse número não engloba as áreas de ocupações. O Programa envolve mobilização social e sensibilização, criando a cultura de identificação do risco e mitigação com obras, tratando o risco em si ou tratando seus agentes potencializadores. Além disso, o Programa tem a premissa de ajudar a população a conviver com o risco, avaliando a evolução da situação e acionando ajuda de caráter emergencial quando necessário. O Programa oferece ainda assistência técnica às famílias e ajuda material e utiliza, muitas vezes, a mão de obra do próprio morador.

O PEAR é um Programa estruturado, que faz parte do Grupo de Gestão de Redução de Desastres - GGRD, e tem articulação com as demais políticas públicas. No período chuvoso (outubro a abril) este grupo, formado por representantes de todos os órgãos da PBH, concessionárias e Corpo de Bombeiros, se reúne semanalmente. O PEAR é composto por uma equipe interdisciplinar, formada por geólogos, engenheiros e técnicos sociais que atuam através de ações descentralizadas, não limitadas à URBEL, para facilitar a logística em casos de emergência. Do ponto de vista social, o PEAR tem uma gestão compartilhada com os moradores através dos Núcleos de Defesa Civil (NUDEC) e dos Núcleos de Alerta de Chuva (NAC). Os NUDECs são focados nas áreas de encostas e os NACs têm como foco as áreas de inundação. Vale considerar que os NACs também envolvem muitas áreas da cidade formal e não apenas áreas de interesse social. A rede de apoio movimenta cerca de 450 voluntários que atuam nos NACs e 480 voluntários nos NUDECs.

O PEAR atua em 3 Planos: Plano de Atendimento Emergencial, através de ações emergenciais no período chuvoso; Plano de Mobilização Social, através do desenvolvimento da cultura do risco e do fomento aos NUDECs e NACs e no Plano de Obras que contém a avaliação e hierarquização das intervenções necessárias de acordo com a gravidade dos problemas identificados nas vistorias, bem como as intervenções realizadas ao longo do tempo. O sistema de vistorias do PEAR está ligado ao sistema da COMDEC.

A palestrante lembrou que, no ano de 2020, Belo Horizonte foi atingida por uma chuva atípica e as demandas, em termos de risco, aumentaram muito desde então, gerando um passivo por obras que ainda persiste. Através do Plano de Obras do PEAR, as ações têm sido executadas pelos contratos licitados para mitigação de áreas de risco, com auxílio de uma equipe de braços disponível para atender situações emergenciais de restabelecimento de ordem. Outra linha de atuação para obras de pequeno e médio porte é a realização das

intervenções com a mão de obra do próprio morador. Nesses casos, a URBEL fornece o material (parcial ou total), a orientação técnica e o projeto padrão de acordo com a demanda. Nos 30 anos de existência do Programa, cerca de 49% das obras foram realizadas com mão de obra do morador, o que faz com que o morador se aproprie da intervenção com maior zelo.

Sobre o Plano de Mobilização Social, a palestrante informou que o trabalho tem sido desenvolvido em parceria com os NUDECs e NACs. Até a pandemia, a equipe social, em parceria com a COMDEC, realizava um trabalho nas escolas municipais próximas às áreas de risco, denominado Escola Integrada. Neste trabalho, realizado semanalmente em várias turmas, a equipe social desenvolvia a cultura de risco e tratava de questões ambientais, cidadania, cuidados com as ocupações, dentre outros assuntos. Aos poucos este trabalho está sendo retomado nas escolas.

Em suma, as intervenções do PEAR abrangem: sustentabilidade ambiental, física e social; agilidade no retorno ao morador (solução de forma provisória ou definitiva); projetos estruturais de contenção padronizados; linha de montagem de corte e dobra das ferragens para os muros; priorização da implantação de instalações adequadas de drenagem pluvial, sejam de crista e/ou meia-encosta, e também as da moradia; reciclagem de material com reaproveitamento nas obras e confinamento do material de bota fora na própria obra.

A palestrante enfatizou que a agilidade no atendimento e as orientações para conviver com o problema até a chegada da obra garantem a credibilidade do Programa. Por isso, preza-se pela utilização de bons padrões que garantem a capacidade operacional de uma resposta mais ágil ao morador. Vale ressaltar que até setembro/2023 foram executadas 188 obras de mitigação de risco.

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes.

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA Ricardo Aroeira questionou sobre o papel dos NACs e NUDECs no Programa. Perguntou sobre as intervenções de mitigação de risco em ocupações onde já tenha sido elaborado o PRU e que tenha indícios de consolidação. Questionou, ainda, sobre o acompanhamento das intervenções que são realizadas com mão de obra dos moradores e sobre a política de aproveitamento de mão de obra local nos contratos para a área de risco. Perguntou, ainda, se as diretrizes do Programa de qualificação de mão de obra feminina estão sendo absorvidas nas intervenções.

A palestrante informou que os NACs e NUDECs são interlocutores fundamentais para a consolidação do trabalho e incorporação das comunidades em relação ao Programa, mas que o voluntariado diminuiu bastante nos últimos anos. Sobre as áreas de ocupação, esclareceu que o setor de risco nunca nega vistoria e orientação aos moradores, mas que não realiza intervenções pelo Programa, a menos que seja elaborado o PRU e que o local tenha diretrizes de consolidação. Lembrou que a atuação nas áreas de ocupação é da COMDEC. Sobre a mão de obra do morador, informou que a URBEL fornece o projeto padrão e uma cartilha para execução da obra e faz um acompanhamento eventual do andamento do serviço, liberando o material para a obra de forma gradual, de acordo com a demanda. A palestrante informou, ainda, que existe um grupo de mulheres que trabalham nas obras há mais de 5 anos e reforçou a carência de mão de obra disponível para as obras realizadas nas áreas de risco.

A Conselheira Flávia Mourão, representante do Executivo Municipal, perguntou se os recursos do COMUSA estão sendo utilizados nas áreas de risco.

A palestrante esclareceu que as obras de mitigação de risco têm total interface com saneamento, principalmente esgotamento sanitário e drenagem, o que faz com que o COMUSA seja um importante agente incentivador das intervenções.

A engenheira Ana Paula Fernandes perguntou se não há um fundo específico que destine recursos para intervenções de risco.

A palestrante informou que não há um fundo específico para o risco. Os recursos utilizados são provenientes do Fundo Municipal de Saneamento, ROT, conta alienação e/ou Política de Habitação.

O Conselheiro e representante da COPASA, Felipe Bicalho, parabenizou a URBEL e toda sua equipe pelo trabalho apresentado. Enfatizou a necessidade de alertar a população a não interligar as águas de chuva, coletadas nos lotes, na tubulação de esgotamento sanitário.

O conselheiro e representante do SENGE, Alex Aguiar, perguntou se existe alguma relação trabalhista com o morador das áreas de risco, quando sua mão de obra é utilizada nas intervenções.

A palestrante explicou que a mão de obra do morador é utilizada em sua própria residência, não envolvendo remuneração ou relação trabalhista. A URBEL fornece as orientações, cartilha, projeto, consultoria de um engenheiro e o material necessário para a intervenção, e o morador contribui com a mão de obra. Além disso, a URBEL faz uma avaliação social para averiguar se a intenção do morador é concluir a obra ou apenas se apropriar do material. Se as intenções não estiverem claras, o material não é fornecido.

O Conselheiro Alex Aguiar sugeriu, ainda, que a Administração Municipal realize uma pesquisa de satisfação junto aos moradores beneficiados pelas obras e que invista em ampla divulgação dos trabalhos realizados para que se tornem de conhecimento de toda a população. O conselheiro também questionou sobre a realização de ações de educação ambiental com as comunidades beneficiadas.

A palestrante informou que a equipe social realiza um trabalho de sensibilização da comunidade, tentando desenvolver a cultura de risco e a consciência ambiental, que engloba a proteção da vegetação e do talude, o não lançamento de lixo, a destinação correta da água servida e do esgoto, dentre outros. No processo de desenvolvimento da cultura do risco, o morador entende como o risco é gerado, quais são os atores, os agentes deflagradores e a postura a ser adotada para evitar novas situações de risco.

O Conselheiro e representante da Associação de Moradores AMALUX, Marcos Righi, solicitou uma apresentação sobre as Políticas Públicas de Resíduos Sólidos no Município de Belo Horizonte.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.